



## **O NOVO SETOR DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: ENTRE O LIBERALISMO ANÁRQUICO E O AUTORITARISMO DESREGRADO**

MELLO, Marcelo Pereira de  
*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade federal  
Fluminense (PPGSD-UFF)*  
*mpmello@unisys.com.br*

1

LIMA, Luiz Paulo Moreira  
*Doutor pelo PPGSD-UFF*  
*lpmlima@gmail.com; lpmlima@globo.com*

### **Resumo**

Este artigo pretende discutir as transformações recentes no mercado do ensino superior privado no Brasil, bem como as políticas públicas voltadas para o controle da qualidade desse ensino. Para sua realização utilizamos dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros bem como entrevistas semiestruturadas e questionários com professores, alunos e administradores dessas instituições. Como iremos demonstrar as mudanças radicais experimentadas pela educação privada de nível superior no Brasil na última década alteraram profundamente os padrões organizacionais das instituições, o seu mercado de atuação, seus objetivos e metas, bem como o perfil dos profissionais nele atuantes (administradores, professores e administradores), e da clientela atendida por seus serviços (estudantes). Sem uma política coerente, consistente e persistente no tempo esse mercado tem deixado à deriva a qualidade do ensino com reflexos negativos para a formação de profissionais que deveriam atender às demandas de crescimento e desenvolvimento econômico do país.

**Palavras-chave:** Educação superior privada – mercado – profissionais – alunos

### **Abstract**

This article deals with the recent changes in the private higher education in Brazil market as well as public policies designed to control the quality of this education. For its accomplishment we use statistical data provided by the Ministério da Educação (MEC), and Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and others, as well as semi-structured interviews and questionnaires with teachers, students and administrators of these institutions. As we will demonstrate the radical changes experienced by private postsecondary education in Brazil in the last decade have fundamentally altered the organizational patterns of institutions, its market, goals and objectives as well as the kind of professionals active in it (teachers and administrators), and the clientele for their services (students). Without a coherent, consistent and persistent policy in time this market has left adrift quality education with a negative background in training professionals to attend the demands of economic growth and development of the country.

**Keywords:** Higher private education – market – professional – students



## **Introdução**

A educação privada de nível superior no Brasil tem experimentado mudanças radicais na última década que alteraram profundamente seu perfil no que diz respeito ao modelo organizacional das instituições, ao seu mercado de atuação, seus objetivos e metas bem como em relação ao tipo de profissionais nele atuantes e à clientela atendida por seus serviços.

No ano de 2013 foram registradas aproximadamente seis milhões e setecentas mil matrículas no ensino superior brasileiro, sendo que desse total aproximadamente cinco milhões e quatrocentas mil foram distribuídas em cerca de duas mil e trezentas instituições de ensino privado. O gigantismo desses números da educação superior privada é por si só eloquente da magnitude assumida pelo setor privado na educação superior brasileira especialmente quando consideramos que em 1970 havia um total de apenas trezentos mil estudantes matriculados no ensino superior brasileiro público e privado, juntos.

Contudo, esses números por si só não capazes de mostrar os rumos dessa educação superior privada, a sua qualidade nem o tipo de educação oferecida. Também, não informam, por mais alvissareiro que possa ser essa constatação do aumento expressivo da população universitária em nosso país - na verdade, uma proporção ainda baixa em relação à população adulta em comparação com os padrões de países situados no mesmo patamar de desenvolvimento econômico - se esses resultados são o produto de um crescimento consistente e compatível entre oferta e demanda no que diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos, da infraestrutura disponibilizada e da qualidade dos professores dessas instituições de ensino superior. O gigantismo desses números não nos diz, enfim, se esse crescimento resulta de políticas públicas consistentes de governos afinados com propósitos mais amplos e largos de uma política de Estado para a educação superior ou se derivam de um processo espontâneo e relativamente caótico de crescimento de um setor da economia que criou um mercado próprio e relativamente desregulado.

Na verdade, o que esses dados agregados nos permitem afirmar de imediato é a existência de um mercado educacional superior, com um grande e consistente volume de participantes entre ofertantes, demandantes e empregados, e ainda constatar que este



setor, mais que uma atividade educacional, tem se constituído num forte e pujante mercado de negócios. Essa tese é esposada pelo CADE, órgão de regulação da competição econômica do Ministério da Justiça, responsável pelas regras de competição dos negócios empresariais que já se propõe a interferir nesse novo setor da economia<sup>1</sup>.

Neste artigo pretendemos entender o que tem se passado nesse setor econômico representado pelos serviços de educação superior e para tanto cruzaremos esses e outros dados agregados do ensino superior privado no Brasil com informações colhidas em entrevistas semiestruturadas e em questionários aplicados em professores, administradores e alunos dessas instituições. As informações aqui reunidas demonstram que um novo modelo de gerenciamento de educação se avizinha, e que para atuar com consequência na regulação desse setor será preciso reconhecer a nova forma de atuação dos diversos operadores envolvidos no mercado especialmente ofertantes e clientela.

Uma primeira constatação que nos guiará em nossas investigações é que por meios diferentes e em boa parcela não intencionados por políticas públicas setoriais estamos chegando a um perfil de ensino próximo ao da Coréia do Sul país que tem sido decantado em versos e prosa por analistas educacionais brasileiros como um modelo a ser seguido pelo Brasil. Como na Coréia do Sul, temos hoje um sistema de educação pública que se tornou universal na sua base, no ensino primário, que tem aumentado a oferta de ensino médio e profissionalizante e que tem visto crescer a oferta de vagas no ensino superior por instituições privadas. A má notícia é que temos chegado a esse perfil por vias transversas: o ensino básico se universalizou, mas é de má qualidade, o ensino médio alcançou cerca de 70% da população em idade escolar, mas está ainda muito distante dos 97% da Coréia do Sul e o ensino superior privado segue longe de um planejamento estrutural e do controle efetivo dos órgãos públicos, notadamente do Ministério da Educação, que deveriam zelar por um mínimo de qualidade<sup>2</sup>. Ainda, o ensino superior privado continua distante da cooperação das grandes empresas e dos

---

<sup>1</sup>O CADE é o órgão estatal que tem por função intervir no mercado para verificar se haverá concentração de setores e segmentos da economia em poucos grupos empresariais, seja em todo ou em parte do território e que possam controlar a oferta e o preço dos produtos. De maneira geral o órgão entra em ação quando a operação supera os 400 milhões de faturamento anual. A fusão entre os grupos empresariais de educação Anhanguera Educacional e Kroton é o primeiro caso sobre serviço de educação analisado pelo CADE.



diversos setores da economia envolvidos no desenvolvimento de tecnologia e inovações. Nesse quesito, no Brasil, a regra é que há exceções.

Destarte, esse trabalho pretende contribuir com informações que nos ajudem no entendimento das novas relações da educação superior e do mercado e, portanto, das novas atuações e estratégias dos participantes nesse novo e atraente setor social e mercadológico com extensas e profundas repercussões para o desenvolvimento imediato do país.

### **Raízes do problema**

O transcurso da educação superior brasileira nas últimas décadas se deu de maneira errática, oscilante entre proporcionar um ensino público de qualidade, mas distante do acesso de todos e um ensino superior universal, mas longe do controle público e dos critérios de qualidade. Quanto a educação superior o que parece persistir entre os diversos governos iniciados com o ciclo militar e após com a democratização foi uma cambaleante e tortuosa política de que assegurou um ensino público e de qualidade para as classes médias urbanas dos extratos superiores ao mesmo tempo em que permitiu o crescimento acentuado de um ensino superior privado de baixa qualidade para o restante da população que ascendeu socialmente às margens do crescimento econômico experimentado pelo país no mesmo período. Assim, a mitigação ou a troca danosa que a sociedade sofreu em seu processo de educação superior de boa qualidade, mas profundamente elitista e excludente das décadas de 1950 e 1960, pelo ensino superior massificado nas décadas de 1990-2000-2010, mas de qualidade ruim, excetuando-se a rede de universidades federais, foi tão transformante e profunda quanto as alterações tecnológicas ocorridas nesse mesmo período. Em comum, os diversos governos desses períodos não se empenharam e se envolveram menos ainda para entender o que a sociedade desejava da educação, se desejava um modelo que produzisse técnicos profissionais ou se voltado para a formação de pensadores e transformadores das ocupações do terceiro milênio, assim também como pouco se ocuparam em definir um estilo e faixas de atuação para a universidade pública, privada, comunitária, mista e critérios consistentes de análise de qualidade.

Na verdade a educação brasileira em todos os níveis e para todas as conferências de graus foi sendo deixada ao acaso ao longo de todo o período republicano mais



recente, durante a ditadura militar pelos governos autoritários e depois pelos governos democráticos que lhes seguiram. Em todo esse período, o Estado jamais apresentou uma proposta de transformação social pela via da educação, os diversos governos não fixaram políticas de longo prazo, apenas reagiram às circunstâncias episódicas. O curioso é quando contrastamos essa situação da educação com os projetos de desenvolvimento econômico dos governos nesse mesmo período. A partir da década de 1960 e mesmo antes conforme analistas o país conseguiu implantar um projeto coerente e longo de desenvolvimento econômico baseado no modelo de substituição de importações, aproveitando-se do enorme mercado consumidor interno, mas foi incapaz de conectar esse projeto desenvolvimentista a um plano de educação estrategicamente vinculado a ele, fosse com o intuito de lhe preparar a mão de obra especializada ou desenvolver tecnologias e inovações próprias. Em que pese o fato de que em ambos os campos, o da industrialização e o da educação, as instituições privadas sempre estivessem envolvidas, em maior ou menor grau de ingerência, a educação nunca foi chamada a participar e ajustar seus objetivos e metas com os setores produtivos da economia. No que respeita à industrialização, recentemente, na década de 1990, assistimos a um intenso e politicamente difícil processo onde a iniciativa privada foi assumindo progressivamente o controle e o protagonismo das atividades econômicas abandonadas ou mal gerenciadas pelo Estado. Com o ensino superior essa substituição foi sendo realizada em paralelo, mas sem alarde, sem discussões galvanizadoras dos formadores de opinião, sem planejamento estratégico, e por isso mesmo com consequências nefastas para o país e que ainda urgem serem enfrentadas.

Podemos admitir que o ensino superior privado no Brasil com alguma extensão e impacto social tem pouco mais de 100 anos. Se tomarmos um marco legal, a Lei Rivadávia Corrêa, ou Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental foi implementada em 5 de abril de 1911 pelo decreto nº 8.659 figuras como elemento central dessa história. Entre outras medidas Lei Rivadávia Corrêa adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior – que fora reforçado pelo Decreto nº 3.890 do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário (Governo Epitácio Pessoa), em 1º de janeiro de 1901. Pela Lei Orgânica, ou Rivadávia, o governo central dispensava também a



exigência de equiparação a uma instituição modelo de nível federal, o que tornava possível a criação de universidades pela iniciativa particular<sup>3</sup>.

Quando estendemos o período analisado é inútil procurar, também, um critério duradouro nos objetivos e nas características das instituições que ministram o ensino superior no país, pois ele é encontrado em conventos, hospitais, quartéis, museus, fundações de saúde pública e em instituições especializadas com escolas, colégios, faculdades, academias, universidades. Na verdade, a própria definição do que seja ensino superior é incerta, mas acreditamos que a educação superior é aquela que oferta um saber superior no sentido de conhecimentos mais aprofundados e de elaboração intelectual sofisticada, sendo de acesso restrito a uma elite intelectual.

Tomando como referência o estilo de universidade que hoje conhecemos, uns dos marcos de sua criação é a fundação no dia 07 de setembro de 1920, da Universidade do Rio de Janeiro logo transformada, em 1937, em Universidade do Brasil. A partir de 1965 passou a chamar-se de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em São Paulo, em 17 de fevereiro de 1934 é realizada a primeira reunião do Conselho Universitário da USP, Universidade de São Paulo. A Universidade Federal do Amazonas reivindica o título de mais antiga do país, tendo sido fundada em 1909, mas sem a perspectiva de difusão de uma cultura universalista e com menor relevância histórica que a Universidade do Brasil, atual UFRJ, e a USP que de fato consideradas as pioneiras.

A primeira faculdade particular do país foi a Candido Mendes, inaugurada em 1902, com o nome de Escola Técnica de Comércio Candido Mendes, fundada pelo primeiro conde, advogado e político Candido Mendes de Almeida, talvez a segunda mais antiga seja a Universidade Gama Filho, fundada em 1939, sob o governo de Vargas<sup>4</sup>.

Da fundação das primeiras universidades e de algumas instituições privadas até o final dos anos de 1960, poucas ações oficiais de relevo precisam ser mencionadas. Os destaques ficam com o governo democrático de Vargas (1951-1954) com separação de um único ministério em dois, separando a saúde da educação. O que demonstrava a

<sup>3</sup> <http://www.ufpr.br/portalufpr/a-mais-antiga-do-brasil/>

<sup>4</sup> [http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=HISTORIA](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA));  
[http://www5.usp.br/institucional/a-  
usp/historia/linha-do-tempo/](http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/)

[http://www5.usp.br/institucional/a-  
usp/historia/linha-do-tempo/](http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/)



crecente preocupação com um projeto de educação para o país, ao mesmo tempo em que ilustra a incompreensão até esta data acerca das especificidades, das necessidades do apoio oficial à educação. Também, durante o governo democrático de Vargas devemos destacar a criação da CAPES cuja sigla à época significava Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 11 de julho de 1951, por intermédio do Decreto nº 29.741. Seu objetivo era "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país"<sup>5</sup>.

Tais medidas tomadas no segundo governo Vargas, vinham no bojo da retomada do projeto nacionalista de construção de uma nação desenvolvida e independente as palavras de ordem onde se destacavam a criação da empresa que se transformaria Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O site da CAPES destaca que sua criação ocorre num contexto onde "a industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais"<sup>6</sup>. Visto em retrospectiva esse diagnóstico conquanto correto não estimulou a produção de políticas impactantes na administração pública da educação superior nos governos que se seguiram até o ciclo dos governos militares.

Não há registro significativo de desenvolvimento do sistema educacional nos governos Dutra (1946-1951), sucedâneo do Estado Novo getulista, a não ser que ele deu continuidade sem inovações ao projeto de seu mentor político de dotar o país de um sistema de educação afinado com as necessidades de desenvolvimento e crescimento industrial.

O governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) passou para a história pelo amplo aspecto democrático e pela criação de Brasília (DF), no entanto, nenhuma atenção especial foi dada à área de educação, menos ainda à educação superior. A idealização da Universidade de Brasília esteve nos planos de construção da capital, mas a realização concreta dos projetos físico a cargo de Niemayer e pedagógico de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro só se materializariam finalmente, em 15 de dezembro de 1961,

<sup>5</sup> <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>.

<sup>6</sup> <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>.



com o então presidente da República João Goulart que sancionou a Lei 3.998, que autorizou a criação da universidade. Antes disso, a transferência de governo para Jânio Quadros em 1961 havia se dado debaixo de enorme expectativa de crescimento nacional, e a nova capital ensejava novos investimentos em educação. Jânio renunciou sete meses após sua posse e foi empossado para concluir o mandato o presidente João Goulart. Jango governou entre 1961 e 1964, um dos períodos mais conturbados do período republicano pós 1930. Foi deposto pelo golpe militar de 31 de março de 1964, e em sua biografia administrativa o único destaque para os negócios da educação foi de fato a criação da UNB<sup>7</sup>.

Inaugurando o ciclo dos governos militares, Castelo Branco (1964 – 1967) atuou discretamente na educação de nível superior, com destaque para a consolidação da CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ao longo da segunda metade da década de 1960, começaram as conturbações sociais em função de fatores políticos, econômicos e sociais. Castelo esteve mais preocupado com ordem pública e a economia, embora tenha sido muito incomodado pelos estudantes. Seu sucessor, Costa e Silva foi mais duro nas questões de segurança nacional e na área de educação promulgou a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que ficou conhecida como a Reforma Universitária de 68<sup>8</sup>. Neste período, o recrudescimento das relações entre o governo e os estudantes especialmente devido à falta de vagas nas universidades públicas acelerou o processo de privatização da educação superior.

O governo Garrastazu Médici (1969 – 1974) começou um novo tempo na gestão da educação marcado pelo aumento do número de vagas no ensino superior e a ampliação de novos cursos e novas escolas. Esse período diferiu pouco do anterior, em termos de uma filosofia educacional, a sua ação foi mais no sentido prático de reduzir a tensão social ocasionada pela falta de vagas nas universidades públicas. À época, a imprensa cunhou a expressão “excedente” para classificar os alunos aprovados e não selecionados, isto é, sem vaga garantida. Outra alteração que apresentou desdobramentos importantes na gestão do ensino universitário foi a implantação do sistema de crédito em disciplinas com impacto no “espírito de turma”. Muitos analistas viram nesta medida a intenção de reduzir a capacidade do alunado de reivindicar e

<sup>7</sup> <http://www.unb.br/>

<sup>8</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm).





contestar o sistema político então vigente, bem como um expediente para aumentar a produtividade das universidades colocando mais alunos nas salas de aula. Isso também provocou um deslocamento da formação intelectual da elite, dos cursos superiores de graduação para os programas de pós-graduação. Esta “integração para frente” tem outros motivos e é absolutamente comum no crescimento organizacional: a pressão de novos graduados faria o crescimento do mercado de pós-graduados. Dentre outros instrumentos legais, a Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação além de estabelecer e reconhecer um modelo de pós-graduação *lato sensu* abriu a possibilidade do exercício da docência superior, o que em muito alavancou o ingresso de graduados em programas de pós-graduação, hoje, muitos deles denominados MBA.

Foi demorada a percepção social que havia necessidade e demanda reprimida por educação no país. O caldo de cultura para implementação das instituições privadas estava bem nutrido e pronto para o desenvolvimento. Em 1970, havia no país cerca de 300 mil estudantes universitários distribuídos em pouco mais de 30 universidades federais. É estranho pensar que na segunda metade do século XX apenas 0,33 % da população de um país ocidental frequentasse um curso superior.

**Tabela 01 – Proporção do número de matrículas no ensino superior por oferta de instituições privadas**

<b>Período / época</b>	<b>Escolas</b>	<b>Total Matrículas</b>	<b>Escolas privadas</b>	<b>Matrículas privadas</b>	<b>Percentual</b>
<b>1920 / 1940</b>	Universidade do Brasil e USP	Sem informação			
<b>1950 / 1970</b>	Sem informação.	300.000			
<b>1980</b>	Sem informação	1.500.000			
<b>2010</b>	2.300	6.300.000	2.000	4.700.000	74,6%
<b>2013</b>	2.300	6.700.000	1.800	5.400.000	80,6%

Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2008/projecao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf)



Conforme os precários registros, entre os anos 1920 e 1970 tivemos, portanto, uma educação superior quase que exclusivamente executada por instituições públicas, com umas poucas escolas particulares que sobreviviam bastante bem de alunos com pouco tempo de dedicação e em cursos concentrados nas áreas sociais aplicadas. Entre os anos de 1970 e 2000 foram 30 anos de crescimento de organizações de ensino familiares, num relacionamento tranquilo com os diversos governos e com a sociedade, embaçados em raras oportunidades como no governo Sarney, em função de alto índice de inflação. Mantenedores e docentes haviam sido colegas de sala de professores, conheciam os problemas, conviveram com os mesmos desejos dos alunos, partilhavam dos mesmos propósitos educacionais.

### **1980: A década da virada**

A alteração desse cenário no que toca a quantidade e a qualidade da oferta de ensino superior tem uma inflexão importante a partir dos anos da década de 1980. Em 1980 eram mais de um milhão e quinhentos mil estudantes matriculados para uma população de 119 milhões de habitantes. Isso representava 1,3% dos brasileiros na universidade, o que embora não fosse um indicador compatível com as necessidades do país e estivesse muito aquém da média dos países desenvolvidos representava um impacto de crescimento em torno de 500% de novos alunos em relação a 1970.

Até a década dos anos de 1980, o velho empresário, o professorado amigo e familiar e o antigo aluno conviviam pacificamente cada um ocupando o seu espaço numa sociedade da educação, em que os objetivos eram bastante claros, reconhecidos e parcialmente comuns. O velho mantenedor era, de fato, um velho professor que se deslocou parcialmente para a gerência de alguns cursos e muitos deles, mantiveram o hábito de lecionar até o fim de sua capacidade laborativa. O velho professor se orgulhava do que fazia, merecia o respeito do patrão e do aluno, tinha intimidade com o patrão colega e a admiração do aluno estudante. O velho aluno vinha de origem humilde e disciplinada, percebia o professor como um mestre de vida e um caminho de iluminação para suas conquistas culturais e, por via de consequência para suas conquistas sociais.

O esgotamento do ciclo dos governos militares, o início do processo de democratização, a consolidação da ascensão das classes médias urbanas e a posterior



estabilidade econômica obtida com os primeiros governos eleitos semearam o campo propício para o surgimento dos novos empreendedores do ensino superior privado. Tal é o contexto das mais profundas mudanças no cenário do ensino superior privado brasileiro: os professores travestidos de administradores e empreendedores são substituídos por empreendedores travestidos de professores, e estes em sequência se desnudam da capa de professor e para colocar o terno do executivo de grande empresa. Sai de cena a gestão das faculdades e cursos superiores pelo professor prestigiado e herdeiro de negócios familiares e assume o prosaetrio a gestão financeira profissional, a gerência de recursos humanos e as ações negociadas em bolsa de valores. Neste novo cenário as universidades Estácio de Sá e Anhanguera foram duas das pioneiras na abertura do capital em 2007.

Até o início desse milênio a relação dos agentes educacionais era, portanto, simples e singela, pois o governo, através do MEC, ouvindo ou não o Conselho Federal de Educação e mais tarde o Conselho Nacional de Educação, estabelecia o modelo e as regras de funcionamento das escolas superiores, particularmente para as escolas privadas. Havia, já, como de fato ainda existem órgãos e meios de aferição e controle de desempenho, o INEP e a execução do Exame Nacional de Cursos, que ficou conhecido como Provão no governo FHC e atualmente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENAD. Às escolas cabia tão somente cumprir determinações e informar dados e resultados que deveriam ser conferidos por pelo conjunto de bens disponíveis, pela carga horária de trabalho e pela titulação dos professores.

Parece-nos, assim como pensam muitos professores e alunos, que esse modelo jamais funcionou ou mereceu algum tipo de confiabilidade em seus resultados qualitativos. No que tange ao ensino superior privado esse sistema de controle não tem conseguido: a) entender a raiz do problema; b) entender quem são e como pensam os atores desse setor; c) entender o novo ambiente do teatro de operações; d) contrastar os objetivos declarados e trazer à luz os objetivos muitas vezes inconfessáveis de cada ator dessa intrincada peça. Com a nova escala de matrículas o setor educacional do ensino superior privado ganha novos protagonistas e alcança novo patamar e isso não tem sido percebido pelo sistema atual de aferição e controle do governo federal.



Os novos tempos nos trazem novos números e novos desafios, segundo o IBGE a população brasileira em julho de 2013 era de 201 milhões<sup>9</sup> e os estudantes de nível superior pouco mais de 6,7 milhões, o que representa 3,33% da população. No final do mês de julho de 2013 o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, registrou 7,0 milhões de inscritos o que demonstra que outros 3,5% da população brasileira pretende, em curto prazo, ingressar no sistema universitário.

**Tabela 1 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001 -2010**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Total Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>% Privada</b>
2001	1.391	183	1.208	86,8
2002	1.637	195	1.442	88,1
2003	1.859	207	1.652	88,9
2004	2.013	224	1.789	88,9
2005	2.165	231	1.934	89,3
2006	2.270	248	2.202	89,1
2007	2.281	249	2.032	89,1
2008	2.252	236	2.016	89,5
2009	2.134	245	2.069	89,4
2010	2.378	278	2.100	88,3

Fonte: MEC/INEP. Resumo técnico Censo Educação Superior 2010.

Conforme se verifica dos dados da tabela cima, em 2010 o incremento de novas escolas privadas foi de 173,8 %, enquanto o número de estudante saltou de 1.500.000 em 1980 para quase 7.000.000 em 2010, um crescimento de 466,6 % em 30 anos.

Pode-se perceber que no modelo exercido nas últimas décadas o governo, sempre o governo de momento, estabelece a forma de atuação das organizações autorizadas a funcionar sem, no entanto, fornecer um método ou um modelo de atuação, desconsiderando, desse modo, as necessidades sociais ou uma política estatal de educação superior Estado.

<sup>9</sup> Diário oficial da união de 01 de julho de 2013.



Por omissão dos poderes constituídos as organizações educacionais foram elastecendo suas operações, atendendo apenas as frágeis regras, portarias e legislações pouco discutidas pela sociedade, pouco entendidas por agentes de controle e muito interpretadas pelos agentes econômicos.

Em síntese, o setor começa a dar sinais de estar entrando numa escala global, com gerenciamento profissional e com segmentos de mercado claramente identificáveis, assim, já há sinais evidentes de concentração de forças empresariais e uma tendência de oligopolização de mercado. Como vimos, a ingerência do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão que regula a competição e a concorrência no mercado, do Ministério da Justiça, é um claro sinal da proporção assumida por essas novas fusões estratégicas<sup>10</sup>.

Já é perceptível o processo de fusão e incorporação no setor, com a formação de grandes grupos empresariais educacionais como Anhanguera, Kroton, Devry e Estácio que compraram instituições de menor porte ao longo dos últimos três anos e adicionaram novos cursos e novas marcas em seus portfólios de oferta. O setor hoje já aponta pra uma tendência clara de oligopólio, como exemplo a Anhanguera comprou mais de 100 outras instituições de ensino entre 2011 e 2012. O ingresso de grandes grupos de investimentos internacionais já é uma realidade no país, como a Unileya de Portugal, a Laurentis da Espanha, a Devry e a Apollo dos Estados Unidos.

Com a fusão da Kroton e Anhanguera, (veja figura abaixo) hoje o Brasil tem a maior empresa do mundo na área de educação, seguida de um grupo chinês. São ainda brasileiras as empresas colocadas terceiro e sexto lugares nesse ranking e entre as dez maiores empresa do setor seis já têm operações expressivas no país.

---

<sup>10</sup> No caso da fusão entre a Anhanguera Educacional e a Kroton mencionada anteriormente foi recomendado a impugnação da fusão e prorrogado o prazo de decisão por 90 dias, pois a fusão é tão complexa que criará a maior empresa de educação do mundo, um negócio superior a 13 bilhões de reais e é preciso verificar se criará concentração indesejada. Enquanto esse artigo era finalizado, o CADE aprovou, sem restrições, a compra da FMU pela Laurearte Brasil, um negócio de 1 bilhão de reais.



## **Mudanças comportamentais: os principais atores do sistema de ensino superior privado e suas estratégias.**

Como pensam hoje empresários, professores e alunos? A fim de auferir o comportamento e levantar as opiniões desses segmentos realizamos uma pesquisa no Rio de Janeiro, entre julho de 2011 e março de 2012, com professores e alunos da rede de ensino superior privado. Alguns desses professores também experimentaram por longo tempo em suas carreiras os desafios da administração escolar. A pesquisa utilizou técnicas de entrevistas semiestruturadas e questionários. Os dados obtidos não estão baseados em uma amostra com representação estatística do universo pesquisado, mas cobriram um vasto número de professores e administradores, (42) quarenta e dois, e alunos, (1.225) um mil duzentos e vinte cinco, que representam um conjunto de opiniões coerentes e consistentes entre si de tal sorte que nos permitem a segurança de algumas inferências para o universo pesquisado. Para esse artigo selecionamos alguns dados que seguem abaixo.

Dos 42 professores entrevistados 10 (23,8%) eram do sexo feminino enquanto 32 (76,2%) do sexo masculino.

Embora seja uma amostra sem preocupação com a representação estatística do universo de profissionais do setor reunimos um conjunto expressivo de profissionais do ponto de vista da diversidade de filiações institucionais estando nela representadas as unidades mais importantes do ensino superior privado do Rio de Janeiro. Ao todo foram

Com relação à constituição familiar quatro desses profissionais (10%) são solteiros, seis (14%) são divorciados, e vinte e quatro (76%) são casados. Desses, treze (40%) não têm filho, dez têm um único filho, treze têm dois filhos, três têm três filhos, um deles tem quatro filhos e dois têm cinco filhos ou mais.

Em relação à idade buscamos pesquisar uma faixa longa de perfis, com idade média de 48 anos e meio, temos professores bem jovens até aqueles já na terceira idade, acima de 65 anos, com isso obtivemos um histograma em que a metade dos pesquisados tinha cinquenta anos, ou seja, pessoas maduras para lecionar, dado aos conhecimentos acumulados e jovens o suficiente para estarem motivados e necessitando do trabalho.

A experiência de trabalho desses professores em empresas comerciais, governo e como empresários, associado ao tempo dedicado ao magistério resultou num grupo



heterogêneo que é capaz de enriquecer a formação do estudante. 66,7% representa a mediana de tempo de trabalho do conjunto desses profissionais com vinte anos na função docente. Doze professores tinham menos de cinco anos de atividade docente e oito tinham mais de vinte e cinco anos na função o que nos deu uma amostra com uma média de quinze anos e seis meses de atividade docente.

Quanto à formação acadêmica, 69% têm pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) e 31% concluíram a pós-graduação *lato sensu*. Quanto à formação básica dos entrevistados, formou-se um mosaico interessante de conhecimentos, com nove graduações distintas, com predominância de administradores e bacharéis em direito, que também representam a maioria do perfil de alunos entrevistados.

Foram realizadas mais de 80 horas de entrevistas gravadas com os professores abordando temas sobre formação educacional e experiência profissional aplicada e experiência didática. Discutimos a relação profissional e pessoal como mantenedores, coordenadores e colegas de trabalho, sobre salários, saúde e bem estar no exercício de suas tarefas. Buscou-se entender também, o esforço necessário e abdicação de valores e prazeres pessoais em função do melhor desempenho profissional. As entrevistas conduziram o trabalho por dois caminhos, as mudanças de relações entre professores e mantenedores do passado, comparativamente aos mantenedores do presente e a mudança de atitude dos alunos com relação ao processo ensino- aprendizagem, as motivações para alcance de alguns objetivos e as relações pessoais com os professores.

Dos quarenta e dois professores apenas três (7%) trabalhavam em regime de horário integral, cinco (12%) desses trabalhavam em empresas comerciais e faziam expediente duplo em escolas privadas, trinta e nove (93%) correm entre escolas o que reduz a possibilidade de criar vínculos mais estreitos com os alunos e pouquíssimo vínculo social com os colegas de profissão.

Considerando o porte das atuais escolas particulares, nenhum professor entrevistado mantém relacionamento de qualquer natureza com os mantenedores, sendo que a expressiva maioria sequer sabe quem de fato é o seu patrão.

O prazer de ser professor e o orgulho de ser reconhecido pela sociedade como “o mestre, o formador de opinião” fez com que quarenta professores de nossa amostra (95%) dissessem do seu prazer em fazer parte desse universo e apenas dois professores



disseram que isso já não era tão importante, já não os deixava mais orgulhosos, embora no passado isso tivesse sido verdade.

As queixas mais recorrentes foram quanto a insegurança e a instabilidade no emprego – em função da nova relação com os mantenedores e pela percepção que já não são tão importantes para o negócio em fase da nova postura empresarial – e a certeza de que já não são mais admirados e respeitados pelos alunos. Na verdade, se sentem um obstáculo em relação aos objetivos dos alunos e se mostram assustados em relação aos crescentes e tensos conflitos com estes.

Do total de um mil duzentos e vinte e cinco (1.225) alunos pesquisados - em cursos de ciências sociais aplicadas - 67% tinham menos de 25 anos, a chamada Geração Y<sup>11</sup>, que nascidos em grandes centros urbanos e inseridos numa cultura digitalizada têm uma relação com a informação uma relação diferente de boa parte dos professores entrevistados, analógicos. Suas principais fontes de informação são as notícias sintéticas de *smart phones* e mídias sociais. 66,4% moram com os pais, 34,7% são apenas estudantes, 16% fazem algum tipo de estágio e 49,3% trabalham.

A renda familiar do estudante do ensino superior privado demonstra que 21,2 % é de pouco mais de dois salários mínimos (R\$1. 356,00, à época) e os alunos matriculados em apenas 3 escolas concentram as maiores rendas familiares. Notamos ainda que 62,9% estudam em escolas de mensalidades de até R\$700,00. Esses valores refletem também o objetivo de preços das faculdades particulares com público alvo da classe econômica C.

Para 75,8% dos entrevistados os cursos que frequentam são excelentes e bons e apenas 4% os descrevem como cursos de baixa qualidade. No entanto, esses mesmos alunos não frequentam a biblioteca (%), não compram livros (% média) e não estudam fora do horário de aula (% média). A análise ou julgamento do seja qualidade talvez esteja fixada na ideia de não desqualificar o próprio curso que frequenta e assim enfraquecer o seu currículo.

O conflito entre alunos e professores se tronou atividade corriqueira na faculdade privada, 50% dos alunos já presenciaram agressões verbais e às vezes até de ameaças

---

<sup>11</sup> Geração Y é um conceito utilizado por Bauman (2011) e apropriado na Administração para explicar o comportamento do consumidor jovem. Nascidos nos anos de 1980, buscam as informações via internet, estão menos preocupados com a estabilidade e mais dispostos a gozar a vida.





físicas de alunos para os professores e isso ocorre principalmente por discordância na atribuição de notas e, portanto, na aprovação na disciplina.

Entendemos que o novo modelo de gestão educacional deverá passar a funcionar levando em consideração os diversos órgãos e agentes envolvidos: governo, empresas, professores e alunos. A tabela abaixo oferece uma visão sintética das respostas mais comuns a este tipo de questão por parte dos alunos: o que quero do meu curso superior? O objetivo dos alunos em cursar a faculdade já não é mais o mesmo daqueles do século passado, agora sua concentração de esforços é pela conquista de um emprego, logo montar o currículo e declarar que é universitário é o grande objetivo de 50% dos alunos.

## **Conclusão**

A nossa percepção é de que há uma dicotomia de interesses nas relações do mercado de ensino superior no Brasil, entre as empresas de ensino, os governos e a sociedade, senão vejamos:

Os governos ao longo de muitas eleições e reeleições tem assegurado que deve existir no setor de educação uma correlação tripartite de ensino, pesquisa e extensão, muitos dos projetos pedagógicos das faculdades e universidades tratam do fortalecimento equilibrado do tripé ensino, pesquisa e extensão, no entanto, muitas delas não dizem o que isso representa nem como atingir e quais os custos e as consequências benéficas para a sociedade. Por óbvio existem correntes por essa tal indissociabilidade, tanto quanto pela permanente associação, confessando governo e associações de docentes com absoluta certeza que esse é o caminho da universidade brasileira. Na prática, esse consenso é relativo e só se sustenta na universidade pública, com o dinheiro público e com resultados incertos, tanto sobre a pesquisa quanto sobre a extensão. A Universidade privada quanto a isso se dispõe a trabalhar em clausuras do conhecimento em porções minúsculas das atividades de baixo investimento e com experimentos parciais e minguados, o empresário do ensino é avesso ao risco e às incertezas. O investimento na qualificação de seu corpo docente é fenômeno recente e movido por ameaças de punição de órgãos reguladores do governo federal. As empresas e os grupos empresariais de outros ramos de negócios brasileiros investem pouco em



pesquisa e se dispõem ainda menos em injetar recursos em universidades de maneira geral, públicas ou privadas. As exceções são poucas.

Se a sociedade tem necessidade da pesquisa, e sabemos que é verdade, quem deve ser responsável por essa pesquisa? Quem será o investidor? Se for um agente privado, esse só pesquisará sobre aquilo que puder reverter em produtos lucrativos, portanto, não teremos nenhuma pesquisa em ciências sociais, e talvez tenhamos toda concentração dos recursos da pesquisa na engenharia de produtos. Mas com universidades privadas com poucos investimentos em infraestrutura e equipamentos os resultados parecem muito incertos para os empresários de maneira geral.

Quanto à extensão, se é verdade que a sociedade precisa dos serviços gerados pelas práticas e pelo conhecimento a ela associados, a quem caberá os custos das descobertas e das implantações? Qual será o benefício da escola particular ao obter sucesso em um processo de extensão? O ingresso de novos alunos? Em qual segmento de mercado de serviços de ensino superior ela estaria associada, ao que quer aprender ou ao que quer montar o currículo e ascender socialmente?

Qual família brasileira de classe média não pressiona o filho para arranjar um estágio ou um emprego e reduzir as despesas familiares? Os cursos das escolas privadas funcionam em sua esmagadora maioria em horário noturno, são cursos de ciências sociais e ciências sociais aplicadas, de baixo custo, de pequeno investimento, vários deles com mensalidades abaixo de meio salário mínimo, frequentados por alunos com financiamento público (FIES) e matriculada via Pro Uni.

Segundo os dados do IBGE (censo 2009) em pesquisa por amostragem, a composição dos gastos das famílias brasileiras por classe de renda, nos oferecem algumas amargas surpresas. Voltando à nossa comparação inicial com a Coréia do Sul onde o investimento em educação se tornou uma verdadeira obsessão das famílias, que dispendem anualmente algo em torno de vinte e seis bilhões de dólares com aulas particulares de reforço para os filhos, a preocupação das famílias brasileiras e o que elas estão dispostas a investir (em distribuição nacional) com educação de seus filhos é residual no montante de suas rendas com um pequeno investimento de 3,0% da renda familiar; e mais, ainda, esse percentual vem caindo ano a ano. Se gasta mais em transporte e vestuário do que em conhecimento, portanto, a pressão popular por educação ainda deve demorar bastante a acontecer no Brasil.



Só um programa de Estado poderia iniciar um processo de desenvolvimento educacional de melhoria das condições gerais para educação e criar um modelo empresarial com responsabilidade social, isso não elimina a necessidade de lucro, mas estimula a obrigação de investimento.

### **Bibliografia**

- BAUMAN, Zigmund. *44 cartas do mundo liquido moderno*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2011.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (organizador). *A Época Colonial* – Editora Difusão Europeia, 1968,
- GASPARI, Hélio. *A Ditadura Encurralada*, Companhia das Letras SP. 2004
- GASPARI, Hélio. *A Ditadura Escancarada*, Companhia das Letras, SP. 2002
- KOTLER, Philip e KELLER, Kevin L. *Administração de Marketing*. Person, São Paulo, 2010.
- LIMA, Luiz Paulo Moreira Lima. *Educação Superior em Instituições Privadas: Um Negócio Comercial e Um Relação Permissiva*. Tese de Doutorado apresentada em 2013, UFF.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter, Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Record. São Paulo, 2009.